

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: HISTÓRICO, PERSPECTIVAS E ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, RS**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION: HISTORY, PERSPECTIVES AND ACTIVITIES
DEVELOPED IN THE MUNICIPALITY OF SÃO BORJA, RS**

Recebido em: 07/12/2020

Aceito em: 12/03/2021

Cristiano Saratt de Alvarenga¹ - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0048-4319>
Carmen Regina Dorneles Nogueira² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8358-3931>

Resumo: O objetivo deste artigo foi compreender o surgimento da Educação Ambiental, analisar o contexto no qual foi inserido, bem como destacar as atividades que estão sendo desenvolvidas no Município de São Borja, RS. A pesquisa possui abordagem qualitativa do tipo exploratória, desenvolvida em um estudo bibliográfico e levantamento de dados. A expressão “Educação Ambiental” foi empregada pela primeira vez em 1965, e somente na Conferência de Estocolmo (1972) foram deliberados os temas referente a visão do ambiente sob a perspectiva da educação. No Brasil, esse movimento foi um pouco mais tardio, somente ocorrendo na década de 90, a partir da Rio-92, onde foi elaborada a Agenda 21, que abordou a proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Com base em documentos fornecidos pela Secretaria de Educação de São Borja, observou-se que o Município tem enfrentado dificuldades no cumprimento de Políticas Públicas de Meio Ambiente, mas com ações de sensibilização, e com a participação ativa da Comunidade Escolar, pôde-se verificar que a implantação e efetivação dessas políticas já iniciaram. Assim, evidencia-se que, apesar de alguns avanços, as políticas públicas para a Educação Ambiental carecem de maior articulação entre os setores governamentais e não governamentais, para que políticas específicas sejam efetivamente implementadas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável; Meio Ambiente; Educação.

Abstract: The objective of this article was to understand the emergence of Environmental Education, to analyze the context in which it was inserted, as well as to highlight the activities that are being developed in the Municipality of São Borja, RS. The research has an exploratory qualitative approach, developed in a bibliographic study and data survey. The term “Environmental Education” was used for the first time in 1965, and it was only at the Stockholm Conference (1972) that themes related to the vision of the environment from the perspective of education were deliberated. In Brazil, this movement was a little later, only occurring in the 90s, starting with Rio-92, where Agenda 21 was elaborated, which addressed environmental protection, social justice and economic efficiency. Based on documents provided by the São Borja Department of Education, it was observed that the Municipality has faced difficulties in complying with Public Environmental Policies, but with awareness-raising actions, and with the active participation of the School Community, it was possible to verify that the implementation and enforcement of these policies have already started. Thus, it is evident that, despite some advances, public policies for Environmental Education lack greater articulation between governmental and non-governmental sectors, so that specific policies are effectively implemented.

Keyword: Public policy; Sustainable development; Environment; Education.

¹ Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: cristianosaratt@gmail.com

² Doutora em Geografia Humana (USP), Mestre em Geografia Humana (USP), Especialista em Geografia Humana (FIC), Graduada em Geografia (UFSM). E-mail: carmennogueira@unipampa.edu.br

INTRODUÇÃO

A preocupação ambiental tem se tornado de extrema importância a partir da mudança de paradigmas da sociedade em relação à visão do homem para com o ambiente que o cerca, e a evolução de alguns conceitos foi fundamental para que a preocupação ambiental se tornasse relevante (RUDEK; MUZZILLO, 2007). Essa temática envolve diversos aspectos, haja vista que o planeta está sofrendo cada vez mais com a degradação causada pelas ações do homem, muito em decorrência da evolução industrial e tecnológica.

A expressão “Educação Ambiental” (EA) surgiu apenas nos anos 70, a partir dos acontecimentos devido à problemática ambiental, sendo solidificada por meio de reuniões mundiais, como a Conferência de Estocolmo em 1972, a Conferência Rio-92 em 1992, realizada no Rio de Janeiro, dentre outros (MEDEIROS *et al.*, 2011). O Brasil não ficou à margem da problemática ambiental, ações como a destruição de sua imensa riqueza natural, bem como os crescentes problemas sociais, levaram o país a estabelecer normas e formular legislações voltadas às questões ambientais. A Lei nº 9.795/99 surge com a importante missão para a Educação Ambiental (EA) nas escolas brasileiras, trazendo uma reflexão crítica sobre a necessidade de mudar atitudes e comportamentos no que diz respeito à percepção do meio ambiente, seu cuidado e preservação (MANEIA *et al.*, 2013).

A EA, segundo a legislação brasileira, deve atuar nos processos onde o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

O Município de São Borja, localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, assim como os diversos municípios do Brasil, também está enfrentando dificuldades na implementação de Políticas Públicas de Meio Ambiente, a Escola junto a sua Comunidade Escolar tem sido decisiva na implantação e efetivação de ações que cumpram com o que essas Políticas Públicas estabelecem.

Dessa forma, a EA deve agir como um instrumento para a transformação, representando a relação entre meio ambiente e educação, e as instituições de ensino formal estão sob a responsabilidade principal de desenvolver a EA, com o objetivo de promover um olhar capaz de agregar uma íntima relação com o meio ambiente local e global (MANEIA *et al.*, 2013). O objetivo do presente estudo foi compreender o surgimento da Educação

Ambiental, analisar o contexto no qual foi inserido, bem como destacar as atividades que estão sendo desenvolvidas no Município de São Borja, RS.

METODOLOGIA

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa do tipo exploratória, desenvolvida em um estudo bibliográfico e levantamento de dados, com a finalidade de aprimorar os conhecimentos sobre o tema abordado. A metodologia de pesquisa do tipo qualitativa é aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento, quanto na sua transformação, como construção humana significativa (MINAYO, 1995).

Já a pesquisa do tipo exploratória propõe ao pesquisador o maior conhecimento possível sobre o tema abordado, sendo apropriada para os estudos quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno, por parte do pesquisador, são inexistentes ou escassos (MATTAR, 2001).

Primeiramente foi realizado um estudo pertinente ao objeto de estudo, e elaboração de revisão da literatura acerca do assunto, e posteriormente foram coletadas informações referentes à Educação Ambiental no Município de São Borja, com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura de São Borja, RS. A partir da análise de conteúdos obtidos mediante referencial teórico foi realizado um confronto de ideias com a literatura existente.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL A NÍVEL MUNDIAL

Com a Revolução Industrial e a modernização de modelos de desenvolvimento e industrialização implantados, o crescimento se detinha na apropriação de recursos naturais e humanos indiscriminadamente. Carvalho (2011) apontou que a questão ambiental configurou-se em uma crise socioambiental, que se constituiu a partir da Revolução Industrial, trazendo para sociedade além do avanço econômico, a degradação ambiental.

Segundo Silva (2014), a expressão “Educação Ambiental” (EA) foi empregada pela primeira vez em 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, e, em 1968, foi fundado o Clube de Roma, uma instituição que mais tarde sediaria a

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo.

Nessa época, em virtude de problematizações ambientais globais, deu-se início uma série de acontecimentos que culminaram na organização da Conferência de Estocolmo. Este evento deliberou diversos temas, dentre eles, a visão do ambiente sob a perspectiva da educação. A Conferência de Estocolmo marcou, a nível internacional, a necessidade de políticas ambientais, reconhecendo a EA como uma necessidade para a solução dos problemas ambientais.

Na Conferência também foram recomendadas orientações para a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos de instrução para a implantação da EA em diversos países (MORADILLO; OKI, 2004). Ainda, a Conferência de Estocolmo teve por mérito abordar o meio ambiente na sua abrangência, incorporando temas econômicos e sociais nas suas definições e reconhecendo o tema ecológico ligado à questão do desenvolvimento (VILLA, 1992).

A partir da Conferência de 1972 foi gerada a Declaração sobre o Ambiente Humano, com orientações aos governos sobre a necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns para orientar a população, objetivando a preservação e melhoria do meio ambiente.

No ano de 1975, foi realizado o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, em Belgrado, onde foi aprovada a Carta de Belgrado, um importante documento sobre diversas questões pertinentes à EA. A Carta de Belgrado estabeleceu como meta básica da ação ambiental a melhoria de todas as relações ecológicas, incluindo as relações do ser humano entre si e com os demais elementos da natureza, bem como desenvolver uma sociedade consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados a ele (BARBIERI; SILVA, 2011).

A Carta de Belgrado é um dos documentos mais importantes para a EA em termos de conceitos, princípios e diretrizes associados ao desenvolvimento de forma sustentável, e traz como objetivos da educação ambiental:

* Conscientização: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele;

- * Conhecimento: proporcionar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades;
- * Atitudes: proporcionar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais;
- * Habilidades: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa;
- * Capacidade de avaliação: estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental;
- * Participação: contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com relação às questões ambientais.

Outra deliberação importante desse Seminário foi a elaboração dos princípios e diretrizes para o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), de caráter contínuo e multidisciplinar, que levava em consideração as diferenças regionais e os interesses nacionais (QUINTINO, 2006). Com base nessa estratégia, o PIEA foi criado, e tem como objetivos (BARBIERI; SILVA, 2011):

- * Promover o intercâmbio de ideias, informações e experiências em EA entre as nações de todo o mundo;
- * Fomentar o desenvolvimento de atividades de pesquisa que melhorem a compreensão e a implantação da EA;
- * Promover o desenvolvimento e a avaliação de materiais didáticos, currículos, programas e instrumentos de ensino;
- * Favorecer o treinamento de pessoal para o desenvolvimento da EA;
- * Prestar assistência aos Estados membros com relação à implantação de políticas e programas de EA.

Posteriormente, no ano de 1976, em Chosica, no Peru, e Bogotá, na Colômbia, ocorreram discussões no âmbito da América Latina, e a EA passa a ser vista como um agente fortalecedor e catalisador dos processos de transformação social.

Em Bogotá definiu-se a Educação Ambiental como:

O instrumento de tomada e decisão do fenômeno do subdesenvolvimento e de suas implicações ambientais, que tem a responsabilidade de promover estudos e condições para enfrentar essa problemática eficazmente (GUIMARÃES, 1995).

Nessa linha, Dias (2004) conceituou a EA como um conjunto de conteúdos e práticas ambientais, orientadas para a resolução dos problemas concretos do ambiente, através do enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da comunidade. Dessa forma, pode-se afirmar que a EA deve ser processo contínuo de capacitação do cidadão em busca da conservação do meio ambiente, contribuindo para a sua qualidade de vida (GRAÇA; CAMPOS, 2012).

Em 1977, a ONU e a UNESCO organizaram a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, nos Estados Unidos, onde foram traçados de forma mais sistemática e com uma abrangência mundial as diretrizes, as conceituações e os procedimentos para EA (GUIMARÃES, 1995). Silva (2014) afirmou que na Conferência de Tbilisi, a Educação Ambiental teve seus princípios estabelecidos e caracterizou-se como interdisciplinar, transformadora, ética e crítica.

Alguns anos depois, em 1991, aconteceram encontros preparatórios para a Rio-92, que ocorreu no ano seguinte no Brasil. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92, no Rio de Janeiro, elaborou a Agenda 21, que abordou a proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A Agenda 21 propõe bases para ações no âmbito global, com objetivos, atividades, instrumentos, necessidades de recursos humanos e institucionais (CORDANI *et al.*, 1997).

A Agenda 21 é estruturada em quatro grandes temas: a questão do desenvolvimento, com suas dimensões econômicas e sociais; os desafios ambientais que tratam da conservação e gestão de recursos naturais; o papel dos atores e dos grupos sociais na organização da sociedade humana; e os meios de implantação das iniciativas e projetos que revelam os conflitos e os riscos da fragmentação social (CORDANI *et al.*, 1997).

Na Rio-92, a educação da sociedade para o uso mais equilibrado dos recursos foi apontada como uma das estratégias para a solução dos problemas ambientais (TOZONI-REIS, 2008). A partir desse evento, a EA passou a ser vista no campo de ação pedagógica, inaugurando uma nova fase no campo das políticas públicas a serem adotadas, uma vez que visa a superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, e da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade (SORRENTINO *et al.*, 2005).

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No Brasil, a Educação Ambiental (EA) vem enfrentando inúmeras dificuldades para o seu reconhecimento efetivo e implantação em todos os níveis do ensino formal, bem como no ensino não formal (MORADILLO; OKI, 2004). Segundo o autor, as dificuldades para o seu reconhecimento estão essencialmente associadas à política adotada no Brasil, principalmente na década de 90, que se pautou na adoção de um Estado Mínimo e na submissão da nossa sociedade às regras impostas pelo mercado econômico e pelo capitalismo desenfreado.

A construção de políticas públicas específicas à EA no Brasil foi um pouco mais tardia, e, somente na década de 90, o Ministério da Educação, o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) desenvolveram ações para concretizar a EA, traçando parâmetros curriculares, colocando o tema como objeto transversal em todas as disciplinas, capacitando os professores e sistematizando as ações existentes.

A oficialização da Educação Ambiental no Brasil aconteceu por meio da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Apesar do atraso em relação às recomendações da Conferência de Estocolmo, esta lei foi promulgada graças ao trabalho e empenho de setores da sociedade como partidos de esquerda, ONGs, ambientalistas e acadêmicos (GRAÇA; CAMPOS, 2012). De acordo com Silva (2007), a criação da PNMA foi marcante na história da legislação ambiental brasileira, sendo um documento de fundamental importância, tornando-se um instrumento de defesa e proteção do ambiente e das gerações futuras, ou seja, uma ferramenta legislativa de preservação da natureza.

Loureiro e Layrargues (2001) afirmam que, a partir dos anos 90, a EA brasileira abandonava o perfil inicial predominantemente conservacionista e reconhecia a dimensão social do ambiente. A partir desse momento histórico, já não era mais possível referir-se genericamente a EA sem qualificá-la, ou seja, sem declarar filiação a uma opção político-pedagógica que referenciasse os saberes e as práticas educativas realizadas.

A EA surgia e era lembrada nos diversos espaços de discussão da temática, sendo colocada como um dos instrumentos relevantes na busca de respostas para a crise ambiental, tendo um papel importante para a mudança das mentalidades em relação à problemática

ambiental, ao lado de outras iniciativas políticas, jurídicas, institucionais, econômicas e tecnológicas (LIMA, 2011).

A nível federal, vários órgãos estiveram envolvidos com a implementação da EA, seja na vertente ambiental ou na área educacional, através de vários programas e diretrizes como o PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), DEA (Diretrizes de Educação Ambiental), o PEPEA (Programa de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental) (MORADILLO; OKI, 2004). Segundo o autor, outra importante ação a nível educacional foi a inclusão da questão ambiental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/96), que passou a considerar a compreensão do ambiente natural como fundamental para a educação básica.

A partir de 1997, o Ministério da Educação, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, definiu a temática ambiental, mais especificamente Meio Ambiente e Saúde, como tema transversal em todos os níveis de ensino. Anos depois, em 1999, foi aprovada a Lei Federal 9.795/1999, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que em seu artigo primeiro define a EA como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A PNEA oficializou a presença da EA em todas as modalidades de ensino, podendo-se observar uma melhor configuração ao componente educativo do crescente movimento ambientalista que despertou a partir da Rio-92 (GONZÁLEZ-GAUDIANO; LORENZETTI, 2009).

A PNEA, em seu art. 4º, elenca os princípios da educação ambiental, enfatizando o enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; e o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (COELHO; BAMBIRRA, 2015).

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Apesar de alguns avanços, as políticas públicas para a Educação Ambiental (EA) no Brasil ainda carece de maior articulação entre os setores governamentais e não governamentais, para que políticas específicas necessárias sejam efetivamente implementadas. Dessa forma, as políticas públicas, em qualquer âmbito da federação, afirmam que a educação ambiental deve ser desenvolvida nas instituições formais de ensino de maneira interdisciplinar para superar o trabalho pedagógico fragmentado, permitindo ao aluno associar, mais facilmente, o conhecimento desenvolvido no ambiente escolar às aplicações de sua vivência (ARNALDO; SANTANA, 2018).

Atualmente temos a clareza de que, nos primórdios da EA, era impossível formular um conceito de EA abrangente o suficiente para envolver o espectro inteiro do campo. No entanto, a multiplicidade de propostas conceituais revelava essa diversidade interna, que na fase de criação da EA ainda não podia ser percebida, apenas na fase de consolidação do campo pôde ser compreendida.

Segundo Almeida *et al.* (2017), o grande desafio consiste em transpor o discurso meramente teórico e concretizar as boas intenções por meio de um compromisso sólido, uma vez que a adoção de princípios sustentáveis na sociedade exige a mudança de atitudes e práticas. Nesse contexto, o crescimento mundial do ambientalismo, bem como as recomendações internacionais sobre a EA, seguiu uma evolução contraditória, e não ocorreu de forma linear e homogênea (RAMOS, 2001). Segundo o autor, a EA desenvolveu-se em um cenário complexo de forças múltiplas, numa tentativa de transpor e aproximar paradigmas polarizados onde atores com diferentes interesses criam juntos, estratégias e instrumentos muitas vezes antagônicos que se traduziram em ações globais, também contraditórias.

A educação ambiental não pode limitar-se à explicação de como funcionam os ciclos naturais, restringir-se ao incentivo ao respeito à natureza, o que já é realizado nas escolas há muito tempo. A EA também não se coloca, apenas, como estratégia para a solução dos problemas ambientais, e o meio ambiente não é um conceito estático, pois cada sociedade, no decurso de sua história tem um modo próprio de se relacionar com a natureza e de deixar suas marcas no meio ambiente (RAMOS, 2001). A compreensão da contribuição desses movimentos para a EA não está no fato de somente ensinar sobre a natureza, mas de educar

“para” e “com” a natureza. Trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano na biosfera para a compreensão das complexas relações entre a sociedade e a natureza.

PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

O Município de São Borja, assim como diversos municípios do Brasil, enfrenta dificuldades no cumprimento de Políticas Públicas de Meio Ambiente, e a Escola possui papel fundamental na sua implantação e efetivação.

Com base em documentos fornecidos pela Secretaria de Educação do Município de São Borja, foram elencados alguns programas que foram implantados no município, com participação ativa da Comunidade Escolar (NOGUEIRA; GARCIA, 2019).

Em 2018, a Prefeitura de São Borja juntamente com a Universidade Federal do Pampa, iniciaram o Programa de Extensão “Reciclando o Dia a Dia – Promovendo a cidadania”, que tem como objetivo principal a contribuição ao município a partir da construção e difusão de conhecimentos sobre a destinação correta dos resíduos sólidos urbanos no que tange a implementação da coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos em São Borja.

O Programa “Reciclando o Dia a Dia – Promovendo a cidadania” tinha como seguintes objetivos específicos:

- Sensibilizar os docentes da rede municipal de ensino de São Borja sobre a importância da coleta seletiva dos resíduos domésticos;
- Conhecer a legislação vigente relativa à destinação dos resíduos sólidos;
- Conhecer a situação da destinação dos resíduos sólidos no município de São Borja;
- Realização de seminário municipal sobre a destinação dos resíduos sólidos urbanos;
- Curso de Formação Continuada de 20 horas sobre a destinação dos resíduos sólidos urbanos para os professores da rede municipal de ensino;
- Oficinas voltadas à reutilização e reciclagem de materiais diversos;
- Promover atividades educativas como amostras, feiras, concurso escolar e/ou gincana ambiental considerando as diferentes etapas cognitivas, incentivar a produção de desenhos, poesias, músicas que transmitam a visão do aluno sobre o meio ambiente de São Borja;

- Estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;

- Promover o meio ambiente de São Borja através de múltiplas formas de expressão.

A partir dos objetivos específicos, foram realizadas atividades de sensibilização e jornadas de conhecimento, sendo elas:

- 1º Seminário de Meio Ambiente de São Borja: realizado no dia 08 de junho de 2018, tendo como palestrantes o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre, Sr. Claudio Dilda, o Coordenador do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, Sr. Luiz Henrique Machado do Nascimento, o Secretário Municipal de Educação de São Borja, Sr. João Carlos Reolon, e a Professora da Universidade Federal do Pampa, Sra. Carmen Regina Dorneles Nogueira.

- Pesquisa de Campo - Visita a locais de depósito de resíduos do município de São Borja: realizada no dia 13 de junho de 2018, sendo realizada uma pesquisa de campo pelas ruas do município, sendo constatado diversos pontos de descarte ilegal de resíduos inservíveis. A pesquisa serviu de dados para Trabalhos de Conclusão de Curso e para palestras de conscientização.

- 1º Comitê Internacional Fronteiriço: Realizado no dia 14 de junho de 2018, que teve a participação do Prefeito de São Borja, Sr. Eduardo Bonotto, do Intendente de Santo Tomé (Argentina), Sr. Mariano Garay, da Ministra de Relações Exteriores, Sra. Monica Danucci, do Cônsul Argentino em Uruguaiana, Sr. Alejandro Mazzuco, do Cônsul Brasileiro, Sr. Sérgio Tamm, e da Secretária de Relações Exteriores, Sra. Júlia Amaral. O Encontro teve como objetivo a busca de alternativas e soluções para as demandas em comum, e o desenvolvimento e progresso às cidades.

- Atividade de campo no Município de Santo Ângelo – Destinação dos resíduos sólidos urbanos domésticos de Santo Ângelo: realizada no dia 16 de junho de 2018, pelos discentes do Curso de Pós Graduação de Políticas Públicas, e alunos de graduação em Ciências Humanas, ambos da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, com o objetivo de conhecer os procedimentos realizados pelo Município frente aos resíduos sólidos urbanos gerados.

- Trabalho de Conclusão de Curso “Resíduos Sólidos Domiciliares de São Borja/RS: Educação Ambiental – Uma Evolução da Educação Básica do Município de São Borja”:

realizado no dia 17 de julho de 2018, pela discente Zenilda Machado Garcia. A pesquisa analisou as legislações federais, estaduais e municipais, pesquisas bibliográficas e de campo, no que tange aos resíduos sólidos domésticos do Brasil. A defesa fundamentou-se em justificar a importância da conscientização da população São Borjense sobre o descarte adequado, bem como os malefícios à saúde originados pelo descarte errôneo dos resíduos;

- Divulgação do Projeto “Reciclando o dia a dia – Promovendo a Cidadania”: realizado no dia 23 de julho de 2018, na Feira Municipal de Ciências de São Borja, pelos alunos do Curso de Graduação em Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja;

- Divulgação do Projeto “Reciclando o dia a dia – Promovendo a Cidadania”: realizado no dia 21 de setembro de 2018, no Parque General Vargas, em comemoração ao Dia da Árvore;

- Palestras nas Escolas Municipais, realizadas durante o período de agosto à novembro de 2018, intitulada “Resíduos Sólidos Domésticos de São Borja e a implantação da Coleta Seletiva no Município”, explanada pela Professora Zenilda Machado Garcia, direcionadas à alunos e professores da Rede Municipal de Ensino;

- Curso de Formação Continuada “Professor Atualizado – Cidadão Transformado”: realizada no mês de outubro de 2018, com a participação de professores da Rede Municipal de Ensino, envolvendo as Instituições de Ensino Superior do Município (Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Campus São Borja, e Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja);

- Semana do Meio Ambiente: realizada de 1 a 5 de junho de 2019, pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no Parque Esportivo General Vargas e nas escolas municipais, em parceria com a Secretaria de Educação;

- 1º Gincana Educacional de Meio Ambiente de São Borja: realizada no dia 04 de Junho de 2019, com a participação de 18 escolas Municipais. A atividade faz parte das ações propostas pelo projeto “Reciclando o dia a dia - Promovendo a Cidadania” realizado através da parceria entre a Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja e a Secretaria Municipal de Educação de São Borja. A gincana contou com o envolvimento dos alunos, pais e professores, e teve como principal objetivo a conscientização dos alunos sobre os resíduos

sólidos domiciliares (lixos domésticos) através de atividades teóricas, de práticas pedagógicas, de pesquisa e de entretenimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental (EA) vem enfrentando inúmeras dificuldades para o seu reconhecimento efetivo e implantação em todos os níveis do ensino. Ainda, a EA não pode limitar-se à explicação de como funcionam os ciclos naturais, restringir-se ao incentivo ao respeito à natureza, o que já é realizado nas escolas há muito tempo.

A EA também não se coloca, apenas, como estratégia para a solução dos problemas ambientais, e o meio ambiente não é um conceito estático, pois cada sociedade, no decurso de sua história tem um modo próprio de se relacionar com a natureza e de deixar suas marcas no meio ambiente. A nossa relação com o meio ambiente é o objeto da EA, e essa relação ocorre a partir de diferentes e complementares modos de apreender o ambiente: ambiente como natureza (para ser apreciado, preservado, respeitado), como recurso (para ser gerenciado e uso dos recursos naturais), como problema (que precisa ser resolvido), como um lugar para se viver (conceber, apreender, planejar), como biosfera (onde devemos viver juntos), como projeto comunitário (onde somos envolvidos).

Dessa forma, a compreensão da EA não está apenas no fato de somente ensinar sobre a natureza, mas de educar “para” e “com” a natureza. Trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano no planeta, sendo um desafio diário, envolvendo todas as esferas da Educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ricardo; SCATENA, Lucia Marina.; DA LUZ, Mario Sérgio. Environmental Perception And Public Policies – Dichotomy And Challenges To The Development Of A Sustainability Culture. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. XX, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/asoc/v20n1/1809-4422-asoc-20-01-00043.pdf>>. Acesso em: 10 Out. 2020.

ARNALDO, Maria Aparecida; SANTANA, Luiz Carlos. Políticas públicas de educação ambiental e processos de mediação em escolas de Ensino Fundamental. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 599-619, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v24n3/1516-7313-ciedu-24-03-0599.pdf>>. Acesso em: 12 Out. 2020.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie** (Online), São Paulo, v. 12, n. 3, p. 51-82, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300004&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 12 Out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9795/99: Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>.

CORDANI, Umberto Giuseppe; MARCOVITCH, Jaques; SALATI, Eneas. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, pág. 399-408, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Ago. 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

COELHO, Saulo de Oliveira Pinto; BAMBIRRA, Felipe Magalhães. Políticas de Educação Ambiental na América Latina: aportes e desafios para um diálogo interconstitucional. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 1, p. 231-256, 2015. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/204>>. Acesso em 13 Set. 2020.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar; LORENZETTI, Leonir. Investigação em Educação Ambiental na América Latina: Mapeando Tendências. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.25, n.03, p.191-211, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/10.pdf>>. Acesso em: 11 Out. 2020.

GRAÇA, Luziray Barbosa; CAMPOS, Marcella Pereira da Cunha. Educação Ambiental Nas Escolas: Realidades E Perspectivas. **Revista Educação Ambiental em Ação**. n.39, 2012.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 8.ed.-. Campinas: Papirus, 104 p., 2007.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação Ambiental no Brasil: informações, identidades e desafios**. Campinas: Papirus, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Phelippe Pomier. **Educação Ambiental nos anos 90. Mudou, mas nem tanto**. Políticas Ambientais, v. 9, n. 25, p. 6-7, 2001.

MANEIA, Arismar; CUZZUOL, Vera; KROHLING, Aliosio. A educação ambiental e a responsabilidade socioambiental nas práticas ambientais em instituições de ensino superior no Brasil. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - REGET**, v. 13 n. 13, p. 2716- 2726, 2013.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEDEIROS, Monalisa Cristina Silva; RIBEIRO, Maria da Conceição Marcolino; FERREIRA, Catyelle Maria de Arruda. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

MORADILLO, Edilson Fortuna de; OKI, Maria da Conceição Marinho. Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades. **Revista Química Nova**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 332-336, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422004000200028&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 11 Out. 2020.

NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles; GARCIA, Zenilda Machado. **Relatório Programa de Extensão Reciclando o dia a dia – Promovendo a Cidadania – Ano 2018/2019**, 2019, 261p.

QUINTINO, Carlos Alberto Alves. **Um histórico sobre a educação ambiental no Brasil e no mundo**. 2006. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/historia-da-educacao-ambiental/64178>. Acesso em 12 Out. 2020.

RAMOS, Elizabeth Chistmann. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Revista Educar**, Curitiba, n.18, p.201-218. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a12.pdf>>. Acesso em 12 Out. 2020.

RUDEK, Cristiane Gomes; MUZZILLO, Camila da Silva. O início da abordagem ambiental nos planos de desenvolvimento urbano brasileiro a partir da preocupação mundial em busca do desenvolvimento sustentável. **Revista Akropolis**, v. 15, n. 1 e 2, p. 11-18, 2007. Disponível em: < <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/1410>>. Acesso em: 13 Out. 2020.

SILVA, Moacir Castro da. **Diagnósticos da Política Nacional do Meio Ambiente Lei 6.938/81**. Rio de Janeiro, 2007.79 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Educação Ambiental). Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Deinne Airles. **O desenvolvimento mundial da ideia de Educação Ambiental**. Revista Educação Pública. 2014.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 13 Out. 2020.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental: natureza, razão e história** – 2° ed. Ver. Campinas: Autores Associados, 2008.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. **A Antártida na sistema internacional : análise das relações entre atores estatais a partir da perspectiva da questão ambiental**. São Paulo : USP / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1992.